

Ata de Reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e treze, às oito horas, estiveram reunidos nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - Rio Claro, para reunião extraordinária, com a finalidade de analisar a prestação de contas dos meses de abril, maio e junho de dois mil e treze e emitir parecer referente à prestação de contas apresentada pela Prefeitura Municipal de Rio Claro dos meses citados. A presidente Márcia Regina Bonafé justificou a não realização de reunião ordinária prevista para o dia vinte e três de julho como um erro de organização de datas e logística. O conselheiro Mario Davi do Amaral Veiga fez a leitura de uma matéria veiculada pelo jornal "O Estado de São Paulo" no dia um de agosto de dois mil e treze, que expunha sobre erros e uso indevido das verbas do FUNDEB (reportagem em anexo). Foi entregue carta da senhora Luciana Buzinaro Graciani através conselheiro Jailson Malta Miranda da Silva, desistindo de suas funções de conselheira e decidindo pela presidente e demais conselheiros que iriam buscar informações sobre quais providências deveriam ser tomadas. O conselheiro Jailson Malta Miranda da Silva salientou que se faz necessário fazer divulgação dos trabalhos, ações deste conselho e sobre suas funções. Foi lido convite sobre VIII Fórum realizado pela Secretaria Municipal da Ação Social com o tema: "A articulação do trabalho em rede" e as conselheiras Daniele Cristina Alavarce e Marinalva Pereira Brito do Nascimento se candidataram a participar desse fórum representando o conselho do FUNDEB. Foram verificadas e rubricadas em seguida as prestações de contas dos meses de abril, maio e junho de dois mil e treze e emitido parecer favorável deste Conselho com ressalvas. E não havendo mais nada a tratar, encerrou-se a reunião da qual eu, Márcia Regina Bonafé, lavrei, a presente ata, assinada por mim e pelos presentes:

Márcia Regina Bonafé
Rebeca Amorim
Detacado
Detacado

Fraude em fundo da educação se espalha

Auditoria da CGU, por amostragem, revela que 73% das prefeituras desviam recursos do Fundeb, criado para melhorar gestão no setor

Fábio Fabiani / BRASIL

Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que transfere, anualmente, mais de R\$ 100 bilhões para bancar salários de professores, compra de equipamentos e manutenção de atividades como a merenda e o transporte escolar. Nos dois últimos anos, a CGU fez auditoria em 64 municípios que usaram dinheiro do fundo, selecionados por meio de sorteio. Em 46 deles, foram detectados problemas nas licitações, como direcionamento, montagem e até simulação dos processos de competição.

O relatório indica que o porcentual de municípios flagrados em situação de irregularidade

de aumentou. Numa amostra de 120 prefeituras, fiscalizadas entre 2007 e 2009, 41% cometeram fraudes nas concorrências.

Na boca do caixa. O órgão de controle do governo aponta vários outros problemas. Nos dois últimos anos, 70% dos municípios fizeram despesas incompatíveis com a finalidade do Fundeb. Em 25% dos casos, houve falhas na execução de contratos. É comum o uso do dinheiro sem qualquer controle ou prestação de contas: 32% sacaram dinheiro do fundo na boca do caixa.

Ha situações em que a retirada dos recursos foi feita pelo gestor pouco antes da posse de

um novo prefeito. O relatório também cita a contratação de empresas fantasmas para o transporte escolar.

O relatório foi apresentado ontem, um dia após a divulgação do IDHM. A CGU não informou a lista de prefeituras que cometeram irregularidades. Questionada, não respondeu a pedido de detalhamento feito pela reportagem.

Em 20 anos, o índice de desenvolvimento humano melhorou 47,8% nos municípios brasileiros. Mas o avanço poderia ser maior, caso o País tivesse resolvido gargalos na educação. Dos três componentes do indicador, que também considera saúde e renda, a educação é o que

puxa o desempenho dos municípios para baixo.

Segundo a CGU, a falta de fiscalização sobre recursos do Fundeb favorece as fraudes. Embora o órgão faça auditorias pontuais na educação, a lei que regulamenta o fundo não no-

meia nenhum ente "supervisor" da execução das despesas em Estados e municípios.

Sem controle. A lei prevê a criação de conselhos para exercer controle social sobre o uso dos recursos. Mas, segundo a CGU, três em cada dez não cumprem esse papel. "Faz-se necessário o aperfeiçoamento da legislação com vistas à definição de um órgão ou entidade federal que desempenhe essas funções", diz o relatório. O Fundeb foi criado em 2006, em substituição ao Fundef. O objetivo foi proporcionar a melhoria na qualidade do ensino. A maior parte da verba (60%) tem de ser para remuneração de professores.

• Em larga escala

R\$ 100 bi

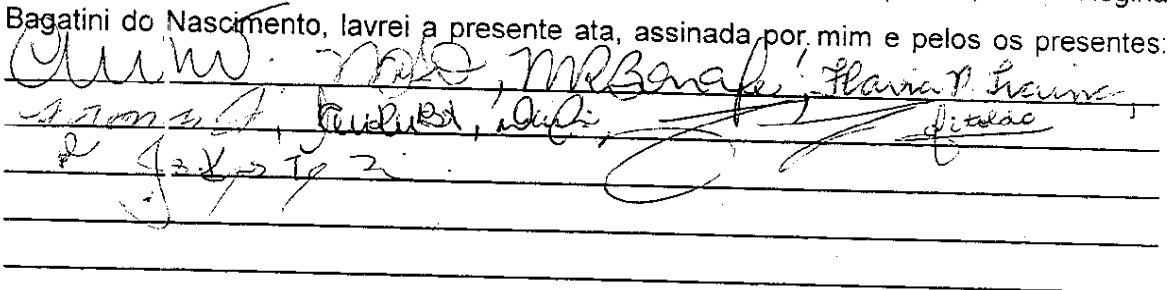
e o valor total de recursos disponíveis para o Fundeb

60%

deveriam ser destinados a pagar professores, mas há desvios

Ata de Reunião do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização do Magistério (FUNDEB).

Aos 27 dias do mês de agosto de dois mil e treze, às quatorze horas, estiveram reunidos nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, os membros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB - Rio Claro, com a finalidade de analisar a prestação de contas dos meses de julho de dois mil e treze e tratar de outros assuntos pertinentes ao conselho. Foi feita a leitura da ata da reunião do dia dois de agosto que foi aprovada pelos presentes. Após análise das contas, que era pauta da reunião, verificou-se que ainda há contas telefônicas e de energia sendo pagas com atraso e também contas telefônicas inativas sendo pagas. Houve sugestão de abertura de um blog ou site para divulgação dos trabalhos realizados pelo conselho do FUNDEB e também divulgação das atas de reuniões no link no Portal da Educação. Durante reunião o conselho considerou que para melhorar suas ações, necessita de uma relação de todos os locais que possuem serviços cujo pagamento seja através do FUNDEB. O grupo verificou que ainda não houve resposta ao ofício encaminhado à Secretária Municipal de Educação no mês de agosto solicitando esclarecimentos sobre pagamentos de contas de telefone e energia elétrica em atraso e de locais que, ao entender do conselho, não estão sendo usados por programas ou atividades da Secretaria Municipal da Educação e que foram verificados nas prestações de contas de Abril, maio e junho. Foram verificadas e rubricadas em seguida as contas do mês de julho de dois mil e treze. E não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião da qual eu, Cibele Regina Bagatini do Nascimento, lavrei a presente ata, assinada por mim e pelos os presentes:



CACS-FUNDEB

Rio Claro

do Regimento Interno do FUNDEB e tomar outras providências. E não havendo mais nada a tratar encerrou-se a reunião da qual eu, Cibele Regina Bagatini do Nascimento, lavrei a presente ata, assinada por mim e pelos os presentes:

11/10 J. Sakuma, Cibele Regina Bagatini do Nascimento, M. Bonfatti, etc.